Lição 3: O Involuntário Resultante da Ignorância

> *Ora, aquilo que se faz por ignorância é sempre não voluntário; mas é involuntário aquilo que é triste e acompanhado de arrependimento. Pois quem, por ignorância, faz qualquer coisa sem se entristecer com a operação, na verdade não fez voluntariamente aquilo que não sabia, nem tampouco contra a vontade, por não se entristecer com aquilo que fez por ignorância. Quem está em arrependimento parece agir contra a vontade; mas quem não se arrepende, sendo outro, seja dito não voluntário. Pois, uma vez que difere, é melhor que tenha um nome próprio. [406]*
>
> *Ora, parece haver diferença entre agir por ignorância e agir ignorando. Pois o ébrio ou quem se ira não parece agir por ignorância, mas por algo daquilo que foi dito, não agindo com ciência, mas ignorando. Portanto, todo mau ignora o que se deve fazer e aquilo de que se deve fugir, e, por causa de tal pecado, tornam-se injustos e, de modo geral, maus. [409]*
>
> *Ora, não se quer chamar involuntário se alguém ignora o que é conveniente. Pois não é a ignorância que está na escolha a causa do involuntário, mas da malícia; nem a que é universal, pois por causa dela alguém é censurado. Mas a que está nas coisas singulares, em que e a respeito de que se dá a operação; pois nestas há misericórdia e perdão, uma vez que quem ignora algo destas age involuntariamente. [411]*
>
> *Talvez, então, não seja mau determinar quais e quantas são estas coisas: quem, e o quê, e a respeito de quê, ou em que alguém age; e, às vezes, também com quê, por exemplo, com um instrumento; e em vista de quê, por exemplo, da saúde; e de que maneira, por exemplo, com calma ou com veemência. [414]*
>
> *Ora, todas estas coisas ninguém as ignorará, a não ser um insano. É manifesto que tampouco pode ignorar quem age: pois como ignoraria a si mesmo? Mas o que faz, isso alguém poderá ignorar, como aqueles que, ao falar, dizem que lhes escapou ou que não sabiam que aquilo era indizível, tal como Ésquilo revelou os mistérios. Ou quem, querendo mostrar, dispara como quem lança um dardo. Alguém poderá ainda julgar que o filho é um agressor, como aconteceu com Mérope. Ou que a lança pontiaguda estava embotada, ou que a pedra era pedra-pomes. E quem golpeia visando a saúde poderá matar. E quem, querendo*

> *mostrar, como os pugilistas, poderá golpear de fato. [417]*
>
> *Havendo, pois, ignorância a respeito de todas estas coisas em que se dá a operação, quem ignora algo destas parece agir contra a vontade, e sobretudo quanto às mais principais. [422]*
>
> *Ora, as mais principais parecem ser aquilo em que se dá a operação e aquilo em vista do qual se age. [423]*
>
> *Dito involuntário segundo tal ignorância, é preciso ainda que a operação seja acompanhada de tristeza e de arrependimento. [424]*

406. ***Ora, aquilo que se faz por ignorância*** etc. Depois que o Filósofo tratou do involuntário por violência, aqui trata do involuntário por ignorância.

E a respeito disso faz duas coisas:

primeiro, mostra como algo é involuntário por ignorância;

segundo, esclarece algumas coisas que dissera, em: ***talvez, então, não seja mau*** etc.

Quanto ao primeiro, estabelece três diferenças a respeito da ignorância. A primeira delas considera-se segundo aquilo que se faz por ignorância, mas que se relaciona de modos diversos com a vontade: pois às vezes é contrário à vontade, e então propriamente se diz involuntário; às vezes, porém, não é contrário à vontade, mas está fora da vontade enquanto é ignorado, e isto não se diz involuntário, mas não voluntário.

407. Diz, então, que aquilo que se faz por ignorância, de modo que a ignorância seja sua causa, é universalmente não voluntário, pelo fato de que o ato da vontade não se dirige a isso; pois o ato da vontade não pode dirigir-se àquilo que é totalmente ignorado, já que o objeto da vontade é o bem conhecido; mas só então aquilo que é causado pela ignorância se diz involuntário, como que contrário à vontade, quando, depois de conhecido, induz tristeza e arrependimento, que é a tristeza pelas coisas que alguém fez; pois algo é contristante por ser contrário à vontade, como se diz no livro V da Metafísica.

408. Pois aquele que faz algo por ignorância e não se entristece por ter feito aquilo depois que o conhece — por exemplo, se toma prata julgando tomar estanho — não se pode dizer que tomou a prata voluntariamente, já que não sabia que aquilo era prata; nem se pode dizer que tomou a prata contra a vontade, isto é, contra o seu querer, já que não se entristece por ter tomado prata por ignorância. Pois parece agir contra a vontade quem tem tristeza e arrependimento por aquilo que fez por ignorância, como se alguém, ao contrário, tivesse tomado estanho pensando tomar prata; mas, porque aquele que não se arrepende é diferente daquele que se arrepende, que se diz agir contra a vontade, seja o primeiro chamado não voluntário; pois, uma vez que difere realmente daquele que age contra a vontade, é melhor que tenha um nome próprio e distinto.

409. Estabelece a segunda diferença em: ***ora, parece haver diferença*** etc. Esta, com efeito, toma-se segundo a diferença <da relação> daquilo que se faz com a ignorância, a qual às vezes é sua causa, às vezes, porém, procede de outra causa. Diz, então, que uma coisa é alguém agir por ignorância e outra é alguém agir ignorando. Pois às vezes alguém age ignorando, mas não por ignorância, como o ébrio ou o irado não age por ignorância, mas por embriaguez ou por ira, e, contudo, nenhum deles age com ciência, mas ignorando, porque da embriaguez e da ira é causada a ignorância juntamente com tal operação, e assim a ignorância se comporta como concomitante à operação e não como sua causa.

410. Daí conclui que, assim como o irado age ignorando, mas não por ignorância, e sim por ira, também todo mau age não por ignorância, mas ignorando em particular quais bens deveria fazer e de quais males deveria fugir, enquanto julga que este mal deve ser por ele feito agora e que deste bem deve agora abster-se; e, por causa deste pecado, isto é, por agirem ignorando o que não se deve, todos universalmente se tornam injustos, quanto aos outros, e maus, quanto a si mesmos. Do que fica claro que, pelo fato de alguém agir ignorando e não por ignorância, não se causa o involuntário, porque ninguém é injusto ou mau por aquilo que faz involuntariamente.

411. Estabelece a terceira diferença em: ***ora, não se quer chamar involuntário*** etc. Esta, com efeito, toma-se por parte daquilo que se ignora. Onde se deve considerar que pode haver ignorância de duas coisas. De um modo, na medida em que alguém ignora o que deve fazer ou evitar, e diz que esta é a ignorância daquilo que é conveniente, isto é, do que se deve fazer; ora, tal ignorância não causa o involuntário, porque ignorância deste tipo não pode sobrevir a um homem que possui o uso da razão senão por negligência, já que cada um é obrigado a ter cuidado em saber o que deve fazer ou evitar; por isso, se a própria ignorância é reputada voluntária enquanto o homem não quer evitá-la como é obrigado, segue-se que nem aquilo que se faz por meio de tal ignorância seja julgado involuntário. E é isto o que diz: que não se quer, isto é, não é próprio, chamar involuntário se alguém ignora o que é conveniente, isto é, o que é conducente ao agir. Ora, disso alguém pode ser ignorante de dois modos:

412. de um modo, em algo particular que pode ser escolhido, por exemplo, quando alguém, por concupiscência, julga que deve agora fornicar; de outro modo, no universal, como se vê naquele que erra ao opinar que toda fornicação é lícita; ora, ambas as ignorâncias são daquilo que é conveniente, por isso nenhuma delas causa o involuntário. E é isto o que acrescenta: que aquela ignorância que está na escolha, pela qual alguém julga que este mal deve ser por ele feito agora, não é causa do involuntário, mas antes é causa da malícia, isto é, do pecado; nem tampouco a ignorância que está no universal é causa do involuntário, porque por causa de ignorância deste tipo alguém é censurado, mas ninguém é censurado por causa do involuntário, como se estabeleceu acima.

413. Outra, porém, é a ignorância das condições singulares, por exemplo, que esta mulher é esposa, ou que este homem é pai, ou que este lugar é sagrado; e estas são as coisas a respeito de que e em que se dá a operação humana, e por uma ignorância justa delas alguém merece misericórdia e perdão, pelo fato de que quem ignora algo destas age involuntariamente. Por isso fica claro que a ignorância de tais circunstâncias singulares causa o involuntário, mas não a ignorância daquilo que é conveniente.

414. Em seguida, quando diz: ***talvez, então, não seja mau*** etc., esclarece o que dissera, a saber, quais são estas circunstâncias cuja ignorância causa o involuntário. E a respeito disso faz três coisas:

primeiro, propõe quais são estas circunstâncias;

segundo, de que modo são ignoradas, em: ***ora, todas estas coisas*** etc.;

terceiro, de que modo a ignorância delas causa o involuntário, em: ***a respeito de todas estas coisas*** etc.

Quanto ao primeiro, deve-se considerar que as circunstâncias nada mais são que certas condições singulares do ato humano, as quais podem ser tomadas ou por parte das causas do ato, ou por parte do próprio ato; ora, a causa do ato é eficiente ou final; a eficiente, por sua vez, é o agente principal ou o instrumental; e, por parte do ato, podem tomar-se três coisas, a saber, o próprio gênero do ato, a matéria ou objeto dele, e o modo de agir; e segundo isso o Filósofo estabelece aqui seis circunstâncias. E diz que não é mau, antes é oportuno, determinar quais e quantas são estas coisas singulares cuja ignorância produz o involuntário; e usa o advérbio de dúvida, como também em muitos outros lugares neste livro, por causa da incerteza da matéria moral.

415. Enumerando, então, estas coisas singulares, diz: *quem*, o que pertence à pessoa do agente principal, ***e o quê***, a saber, o que faz, que pertence ao gênero do ato, ***e*** *a respeito de quê*, que pertence à matéria ou objeto. Acrescenta ainda ***a respeito disto*** aquilo que pertence à medida do ato ou *do agente*, isto é, o lugar ou o tempo, quando diz: *ou em que age*; porque todas as coisas exteriores parecem ter uma relação semelhante com o ato humano. Ora, Túlio compreende aquilo que se diz "a respeito de quê" sob aquilo que se diz "o quê"; e o que se diz ***em que*** divide em duas circunstâncias, a saber, ***quando*** e ***onde***.

416. Quanto ao agente instrumental, acrescenta: *e, às vezes, também com quê, por exemplo, com um instrumento*; pois nem toda ação se faz por meio de um instrumento, como o entender e o querer. Em lugar disto, alguns põem "com que auxílios"; pois aquele a quem se presta auxílio usa dos auxílios como de um instrumento. Quanto ao fim, diz: *e em vista de quê*, por exemplo, quando o médico fere por causa da saúde. E quanto ao modo de agir, diz: *e de que maneira, por exemplo, com calma*, isto é, levemente, *ou com veemência*, isto é, com força.

417. Em seguida, quando diz: ***ora, todas estas coisas*** etc., mostra de que modo as circunstâncias mencionadas são ignoradas. E diz que não há ninguém que ignore todas as circunstâncias mencionadas, a não ser que seja totalmente insano. E, entre as demais circunstâncias, é manifesto que não pode ignorar quem é o que age, porque assim ignoraria a si mesmo, o que é impossível. Pode, porém, ignorar aquilo que faz, como aqueles que dizem algumas coisas que não deviam ser ditas e se desculpam alegando que lhes escapou da memória, ou que nunca souberam que tais coisas eram indizíveis, isto é, que tais coisas não deviam ser ditas, como foram revelados os mistérios, isto é, os segredos, de Ésquilo, ou seja, de certo poeta; aquele, portanto, que fala tais coisas ignora o que faz, porque não sabe que isto é a revelação de segredos.

418. E dá outro exemplo quanto ao que é feito; como o arqueiro que quer mostrar a seu discípulo como se deve atirar e dispara algo, a saber, um dardo; tal pessoa também não sabe o que faz,

porque não sabe que está disparando o dardo. Em seguida, dá um exemplo da ignorância daquilo que é a respeito de quê; como se alguém julgasse que seu filho é um inimigo que ataca a sua casa e o matasse, tal como certa mulher chamada Mérope matou seu filho; e assim fica claro que, em tal fato, o homem sabe o que faz, porque sabe que mata, mas não sabe a respeito de quem, porque não sabe que mata o filho.

419. Depois, dá um exemplo da ignorância do instrumento; como se alguém, num combate de lanças, usasse uma lança pontiaguda que julga estar embotada, isto é, pela remoção do ferro; ou se alguém julgasse que a pedra que usa é pedra-pomes.

420. Além disso, dá um exemplo da ignorância do fim; e diz que, se algum médico ou sangrador, ao ferir um homem por causa da saúde corporal, ou um mestre por causa da saúde espiritual, o matar, este tem ignorância do fim, não daquele que pretendia, mas daquele que decorre da obra; pois ignorava que a sua obra chegaria a tal fim.

421. Por último, dá um exemplo da ignorância do modo da ação; por exemplo, quando alguém julga que move a mão levemente para mostrar a outro como se deve golpear, como fazem os pugilistas, e golpeia com força; pois tal pessoa golpeia com força por ignorância.

422. Em seguida, quando diz: ***a respeito de todas estas coisas*** etc., mostra de que modo a ignorância das coisas mencionadas causa o involuntário.

E primeiro diz que, uma vez que a ignorância pode dar-se a respeito de qualquer uma das cinco coisas mencionadas que concorrem para a operação, parece agir contra a vontade ou involuntariamente aquele que ignora alguma das coisas mencionadas, não, porém, igualmente quanto a todas, mas principalmente se houver ignorância nas circunstâncias mais principais.

423. Segundo, em: *ora, as mais principais* etc., esclarece quais são as circunstâncias mais principais. E diz que as circunstâncias mais principais parecem ser aquilo em que se dá a operação, isto é, o objeto ou matéria do ato, e aquilo em vista do qual se age, isto é, o fim; porque os atos se especificam segundo os objetos, e, assim como a matéria é o objeto do ato exterior, também o fim é o objeto do ato interior da vontade.

424. Terceiro, em: ***dito involuntário segundo tal ignorância*** etc., mostra que a ignorância destas coisas não basta para o involuntário. E diz que, embora se diga involuntário segundo a ignorância das coisas mencionadas, ainda se requer para o involuntário que a operação seja acompanhada de tristeza e de arrependimento, como se disse acima.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:04:58 by Admin
Updated 15 October 2026 22:55:57 by Admin